

Transformação digital e preservação do patrimônio documental: reflexões considerando o acervo acadêmico de ensino em saúde da ENSP/Fiocruz

Digital transformation and preservation of documentary heritage: reflections considering the academic collection of teaching in health from ENSP/Fiocruz

Enviado em: 27-10-2023

Aceito em: 08-01-2024

Adriana Coimbra Buin Lins¹

Lia Ciomar Macedo de Faria²

Resumo

Normativas publicadas pelo Ministério da Educação do Brasil, entre 2017 e 2022, sobre acervos acadêmicos e o contexto da pandemia de covid-19 impulsionaram reconfigurações de processos acadêmicos para o meio digital. A transformação digital traz desafios para a preservação documental. Convidamos a pensar em documentos acadêmicos como fontes para a história da educação, reconhecendo sujeitos, práticas, temáticas e, sobretudo, grupos invisibilizados que integram os processos. Consideramos os resultados da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz. Apresentamos as reflexões da pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em diálogo com a temática "Crise de Sentido: memória, educação patrimonial e resignificação do vivido". Políticas que valorizam estratégias democráticas podem garantir que documentos, independentemente do suporte, sejam preservados de forma acessível e inclusiva.

Palavras-chave: arquivo acadêmico; patrimônio documental; transformação digital.

Abstract

Regulations published by the Brazilian Ministry of Education, between 2017 and 2022, on academic collections, and the context of the covid-19 pandemic, drove reconfigurations of academic processes for the digital environment. Digital transformation brings challenges to document preservation. We invite you to think about academic documents as sources for the history of education, recognizing subjects, practices, and themes, above all, invisible groups that are part of the processes. We considered research results from the Postgraduate Program in Preservation and

1 Analista de Gestão em Saúde na Fundação Oswaldo Cruz. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). E-mail: adriana.lins@fiocruz.br

2 Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ. Atua como professora colaboradora no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). E-mail: liafolia11@gmail.com

Management of the Cultural Heritage of Sciences and Health, from the Casa de Oswaldo Cruz of the Oswaldo Cruz Foundation. We present reflections from the research, linked to the Postgraduate Program in Education at the State University of Rio de Janeiro, in dialogue with the theme "Crisis of Meaning: memory, heritage education and resignification of the lived experience". Policies that value democratic strategies can guarantee that documents, regardless of the medium, are preserved in an accessible and inclusive way.

Keywords: academic archive; documentary heritage; digital transformation.

Introdução

[N]ão tem sentido a memória apenas para guardar o passado. Não tem sentido que esses documentos e bens fiquem apenas porque foram belos e foram úteis no passado. É preciso que voltem a ser úteis, é preciso que estejam à disposição do pessoal moço que precisa entender esses componentes para poder entender o que deve fazer deste país. E é nesse sentido que a tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro (Magalhães, 1985, p. 192).

Passados 41 anos, o discurso de Aloísio Magalhães, na solenidade de instalação do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira, em março de 1982, na Bahia, parece-nos atual e leva-nos a refletir, de acordo com Albuquerque (2009, p. 226), sobre fontes históricas e os sentidos da preservação de documentos acadêmicos de ensino em saúde, considerando a transformação digital.

A pandemia de covid-19³ apresentou-se “como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século” (Werneck e Carvalho, 2020, p. 1). No Brasil, um contexto de crise sanitária associado às normativas publicadas entre 2017 e 2022, pelo Ministério da Educação (MEC), como a Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022⁴, que vedou a produção de novos documentos acadêmicos em suporte físico a partir de 1º de agosto de 2022, acelerou processos para a transformação digital no campo da educação.

3 “O novo coronavírus foi inicialmente identificado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. O vírus da pandemia, assim como a maioria dos outros coronavírus, vem dos morcegos. Ele sofreu mutações (mudanças) e passou a infectar humanos”. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/o-que-e-o-novo-coronavirus>. Acesso em 06 ago. 2023.

4 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263>. Acesso em: 06 ago. 2023.

Considerando a definição da Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 315, de 4 de abril de 2018⁵, sobre acervo acadêmico, e em diálogo com a temática "Crise de Sentido: memória, educação patrimonial e ressignificação do vivido", proposta pelo VII Colóquio Internacional RIGPAC, apresentamos neste artigo reflexões sobre ressignificação de processos com impactos na produção de documentos acadêmicos e de ensino, como um convite a pensarmos no uso desses documentos acadêmicos como fontes para a história da educação, reconhecendo que eles guardam vestígios de e sobre sujeitos, práticas, temáticas e, sobretudo, têm potencial para delinear histórias de grupos invisibilizados que integraram os processos.

Destacamos elementos de reflexões e diálogos da pesquisa em andamento, para o curso de doutorado⁶, que tem como objetivo geral conhecer e analisar a história do ensino em saúde pública, a partir do acervo acadêmico da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP).

De acordo com Vasconcelos (2014), "[n]a perspectiva de utilização da pesquisa documental como método de recolha e de verificação de dados no campo da história da educação, outras técnicas de investigação podem ser associadas" (p. 38).

Partimos dos resultados da pesquisa "Reflexões sobre um acervo documental (1926-1954) custodiado pela ENSP: uma documentação 'fora de lugar'?"⁷, que buscou delinear a história arquivística dos documentos anteriores

5 "Conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos".

Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 abr. 2023.

6 "Histórias e Memórias a partir de Acervos Acadêmicos: ensino em saúde pública e docência na ENSP/Fiocruz, 1960-1979". Vinculada à linha de pesquisa "Instituições, Práticas Educativas e História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

7 Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.

Disponível em:
http://www.ppgpat.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/adriana_coimbra_dissertacao.pdf. Acesso em 28 out. 2021.

à data de criação da Escola, tendo como enfoque discussões sobre arquivos resultantes de atividades educacionais.

Os documentos acadêmicos revelam uma diversidade de perspectivas, e dentre elas assinalamos a criação da Escola, a trajetória de mulheres professoras/sanitaristas e estudantes em turmas majoritariamente masculinas e de outros personagens do ensino em saúde pública, como funcionários que exerceram funções técnico-administrativas e não são reconhecidos pela história oficial.

Tais documentos são relevantes por abordarem também temas diversos, como doenças e saúde, revelando a complexidade das relações entre saúde, doenças e sociedades em diferentes contextos, e registrarem profissões, práticas do ensino e experiências da docência em saúde pública, como treinamentos para a educação básica e cursos com profissionais militares.

A ENSP passou por algumas transformações em sua estrutura, funcionamento e subordinação institucional. Tem como missão “formar profissionais, gerar e compartilhar conhecimentos e práticas no sentido de promover o direito à saúde e a melhoria das condições de vida da população” (ENSP, 2020). Em decorrência das atividades concernentes a essa sua missão, produz e acumula diferentes tipos documentais que não se resumem à classe ensino, mas, dentre outras, à pesquisa, conforme Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz⁸.

Refletimos sobre os sentidos da preservação do patrimônio documental acadêmico em um contexto de mudanças tecnológicas e sociais para a história da educação. Transformação digital e preservação do patrimônio documental são duas temáticas aparentemente contraditórias, mas que estão intimamente relacionadas. Se, por um lado, o meio digital pode trazer benefícios como aproximar e promover acesso e colaboração para pesquisadores e estudantes, por outro lado, o mundo digital é excludente e “[p]ode nos trazer uma falsa sensação de democracia” (Sanchez e Silva, 2021).

De acordo com os “Caminhos para transformação digital em governo”:

8 Disponível em
<http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/CCD%20PAGINA%20SIGDA%202018%20-%20Reeditado.pdf>. Acesso em 21 out. 2023.

Transformação digital é um processo de profunda mudança organizacional, que envolve uso intensivo de dados, soluções tecnológicas, revisão de processos, busca por novos métodos de trabalho e transformações na gestão de pessoas. Além disso, é também o resultado da otimização do funcionamento das instituições ao combinar todos esses elementos. A transformação digital permite que instituições de governo alcancem maior eficiência no cumprimento de seus objetivos estratégicos. Ou, simplesmente, garante que suas atividades mantenham o patamar de eficiência diante das alterações nas dinâmicas sociais decorrentes, justamente, da evolução digital na sociedade (MPERJ, 2023).

O caminho da transformação digital está errado se ele não levar em consideração as necessidades e ritmos das pessoas, das instituições e da sociedade, pois a tecnologia deve ser usada para melhorar a vida de todos, não para piorá-las.

Argumentamos que alguns dos desafios da preservação do patrimônio documental acadêmico e de ensino, físico e digital, podem ser superados com a adoção de políticas que incluam estratégias “democráticas” (Chauí, 2008, p. 67-69), com formação e sensibilização, inclusive para gestores e produtores de documentos, a fim de que compreendam não só a relevância da transformação digital, mas também a da preservação e do acesso ao patrimônio documental valorizado e reconhecido por todos.

Documentos acadêmicos na ENSP/Fiocruz, transformação digital e memórias do ensino em saúde pública

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), atualmente órgão específico singular da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)⁹, criada oficialmente pela Lei nº 2.312 de 1954 (Brasil, 1954), custodiou documentos sobre cursos ofertados e relacionados a processos de ensino em saúde, desde o ano de 1926, de instituições que a precederam, como o Departamento

9 Decreto nº 11.228 de 07 de outubro de 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11228.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.228%2C%20DE%2007%20DE%20OUTUBRO%20DE%202022&text=Aprova%20o%20Estatuto%20e%20o,%20comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a. Acesso em: 30 set. 2023.

Nacional de Saúde Pública (DNSP), a Faculdade Nacional de Medicina (FNM), o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e o Departamento Nacional de Saúde (DNS).

[...] predominantemente documentos do gênero textual, incluindo cartas, ofícios, relatórios, editais, portarias, históricos, programas de cursos, instruções, listas diversas (de professores, de alunos, de candidatos inscritos, de bolsistas, de frequência, de turmas, de disciplinas, dos locais das aulas, de assinaturas de recebimento de documentos), relações de notas, fichas de inscrição de alunos, recibos de entrega de certificado, atas de exame, grades curriculares e quadros de horas dos cursos, anteprojeto de cursos, circulares e memorandos, entre outros documentos relacionados aos cursos ofertados no contexto da formação em saúde no período anterior à criação da Escola. Constam também documentos não diretamente relacionados às funções acadêmicas, e sim às funções administrativas das instituições e relacionadas aos cursos, como folhas de pagamentos, portarias de dispensa, demonstrações de despesas e orçamentos. De forma geral, são documentos originais e oficiais, embora também constem cópias e rascunhos (Lins, 2021, p. 39).

Esses documentos acadêmicos e de ensino, em formatos de dossiês de cursos, relacionados aos estudantes e aos cursos ofertados de 1926 a 1954, foram preservados e incorporados às rotinas comprobatórias na instância¹⁰ da Escola, que centralizava as funções de gestão acadêmica.

No ano de 2006, em uma ação para implantação do Sistema de Gestão de Arquivos da Fiocruz¹¹ na ENSP, os documentos no arquivo sob custódia do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA)¹², de 1926 a 1979, organizados de forma cronológica, foram digitalizados e microfilmados, mantendo a organização em que se encontravam.

O lugar que esse arquivo ocupa na ENSP/Fiocruz foi compreendido a partir de uma contextualização contemplando o campo da arquivologia, a criação e inserção da Escola na história da Fiocruz, a constituição da instância de gestão acadêmica no formato em que atualmente se encontra, assim como a implementação de políticas de gestão e preservação de acervos da Fiocruz na ENSP.

10 “Ainda não existia, na Escola, a Secretaria Acadêmica, o Serviço de Gestão Acadêmica ou a Secretaria de Administração Geral, mas sim uma secretaria e um setor de ensino” (Lins, 2021, p. 46).

11 Disponível em: <<http://www.sigda.fiocruz.br/sigda-na-fiocruz>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

12 Nome da instância de gestão acadêmica a partir de 2003 (Lins, 2021, p. 54).

A partir da compreensão sobre esse conjunto documental e de suas interferências e usos, passamos a refletir sobre a preservação documental no âmbito das atividades de ensino e acadêmicas; e a transformação digital e o valor primário e/ou secundário dos documentos relacionados ao ensino na Escola, produzidos em formato físico, digital ou digitalizados, bem como os seus usos para além do valor probatório acadêmico, como, por exemplo, para pesquisas em história da educação.

Lins (2021) analisou os tipos documentais, os assuntos, os usos originais, os tratamentos e a história da presença desses documentos, de 1926 a 1954, no arquivo da gestão acadêmica da ENSP, o que estimulou discussões sobre a teoria arquivística, com ênfase no conceito de fundos de arquivos.

Segundo Michel Duchein (1986), “O documento de arquivo — ao contrário de um objeto de coleção ou de um dossiê constituído por peças heterogêneas de proveniências diversas — não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto” (p. 17).

Esses documentos analisados (1926 a 1954) apresentam um problema para a gestão documental, pois originalmente pertenceram a conjuntos distintos, foram acumulados por diferentes instituições e profissionais no exercício das suas atividades relacionadas ao ensino em saúde, antes da criação da Escola, e agrupados considerando o assunto ou a função, e não sua entidade produtora.

Sobre esse tipo de agrupamento, Duchein (1986) esclarece que:

Até o princípio do século XIX nem administradores, nem arquivistas de diferentes países, demonstraram o menor escrúpulo em dividir e dispersar documentos de uma mesma origem, nem em reagrupar e misturar documentos de proveniências diferentes, quando a necessidade se fazia sentir, por motivo de comodidade (prática ou intelectual). Todas as antigas classificações de arquivos que chegaram até nós foram concebidas por assuntos, temas ou locais, fato que indica ter sido rompida, para realizá-las, a ordem na qual os documentos haviam sido produzidos (p. 15).

Tratava-se, segundo o autor, de uma lógica de organização de arquivos pautada pelos grandes sistemas de classificação da época, sem a

preocupação com os contextos de produção, considerando apenas o valor próprio do documento.

Documentos esses que se encontram armazenados no “arquivo intermediário”¹³ da ENSP, sob a guarda da Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG), aguardando os prazos legais da transferência ou eliminação.

Conrado e Flores (2015) esclarecem que os documentos passam por diferentes momentos e usos que a arquivologia estruturou em fases (p. 41). Sobre o arquivo intermediário descrevem que:

No arquivo intermediário, como também é chamada a fase semiativa, o documento arquivístico ainda é conservado por razões administrativas, porém a frequência em que é consultado é menor que na fase anterior. Além disso, os documentos arquivísticos que estão na fase intermediária aguardam a destinação: aqueles destituídos de valor secundário serão eliminados, findo o prazo de guarda, e os que possuem valor secundário serão recolhidos para a próxima fase, a da inatividade (Conrado e Flores, 2015, p. 42-43).

Na pesquisa que desenvolvemos no âmbito da história da educação, vinculada à linha de pesquisa “Instituições, Práticas Educativas e História”, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), analisamos essa documentação acadêmica preservada pela ENSP, referente ao período entre 1960 e 1979, que apresenta uma configuração específica, como fonte histórica.

Trata-se de conjunto documental que foi organizado, digitalizado e microfilmado, o que significa que passou por um processo de organização e seleção. Refletimos sobre ele e a partir dele, considerando as possíveis escolhas que determinaram a preservação, a digitalização e a guarda naquele lugar específico, bem como buscamos e refletimos sobre os documentos que possam ter tido outros destinos ou que complementem e contextualizem a documentação.

13 Entrevista ao Portal da ENSP em 08/07/2010. Disponível em: <http://www.ENSF.fiocruz.br/portal-ENSF/noticia/materiaprint.php?id=22115&secaoid=427>. Acesso em: 29 set. 2020.

Os documentos são indagados como fontes históricas, considerando o problema central da pesquisa, o ensino em saúde pública e, a partir de então, eles vêm nos fornecendo as pistas sobre o passado.

Dentre os documentos, há aqueles relacionados aos processos seletivos para ingresso nos cursos, como as cartas de intenção produzidas como parte dos requisitos à candidatura e/ou as cartas da instituição liberando ou indicando o candidato/profissional.

O conjunto documental apresenta marcas dos possíveis usos ao longo dos anos. Há demandas, por ex-alunos, de segundas vias de certificados e históricos escolares e/ou pareceres de autenticidade para os documentos já emitidos, sendo, pelos registros, solicitações para atender a processos de trabalho e aposentadoria. São documentos acadêmicos e de fluxos acadêmicos, no contexto do ensino em saúde, que posteriormente serviram de prova da efetivação desses processos.

Alguns documentos apresentam elementos específicos, como um carimbo com a palavra “archivo”; outros, com anotações ou características que remetem a procedimentos acadêmicos ou de gestão dos documentos, como a palavra “fichado” ou uma marcação de conferência; outros, ainda, contêm anotações que esclarecem processos, como “Maria anotar”, “procurar saber o endereço e devolver”, “esse é professor?”.

Chamamos atenção para a relevância dos documentos acadêmicos e de ensino, independentemente do suporte, para pesquisas em história da educação em saúde.

Ferreira (2020), para analisar a origem social das enfermeiras (1920 a 1960) na investigação sobre o processo de institucionalização e desenvolvimento da enfermagem, recorre a prontuários de estudantes¹⁴ “compostos por registros que acompanham o percurso escolar” (p. 270), como as fichas de inscrição e de admissão.

14 “[s]ob a guarda do Centro de Documentação (CEDOC) da Escola de Enfermagem Ana Nery (EEAN) da Universidade Federal de Minas Gerais e do Centro de Memória Dr^a Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro” (p. 270 e 271).

Os documentos dos processos de ensino em saúde pública podem contribuir para a história da educação de diversas formas, além de fornecer informações sobre o que, quem, para quê, para quem, como e por que cada um dos projetos de curso ocorreu. Eles podem também guardar registros de experiências dos estudantes e docentes, as contribuições dos demais profissionais da escola para a formação em saúde pública, bem como servir como fonte de pesquisa para historiadores da educação em saúde pública e outros pesquisadores interessados.

Crise, reconfigurações e ressignificações: o sentido do arquivo acadêmico da ENSP/Fiocruz

Com a crise sanitária da covid-19, as instituições em geral viram-se obrigadas a acelerar processos de transformações para o meio digital, e a ENSP, assim como outras instituições de ensino e/ou com ensino, precisou se ajustar às novas realidades.

A pandemia de covid-19 foi um evento inesperado e disruptivo que exigiu mudanças significativas das instituições de ensino. O Parecer CNE/CP nº: 14/2022¹⁵, que trata de “Diretrizes Nacionais Gerais para o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem na Educação Superior”, discorre sobre o contexto.

Em março de 2020, sem planejamento prévio, a sociedade brasileira obrigou-se a fechar as portas das suas escolas para a presença física de seus estudantes, buscando desenvolver novas alternativas para a oferta de atividades educacionais não presenciais. A inevitável improvisação da oferta de atividades educacionais remotas, com ou sem suporte de modernas tecnologias de informação e comunicação, corajosamente assumida pelo conjunto dos educadores brasileiros, de todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, buscou garantir, da melhor forma possível, a manutenção dos melhores níveis possíveis de aprendizagem de seus educandos (Brasil, 2022, p. 6).

Torres (2011), quando analisa eventos epidêmicos de varíola e cólera na província de Minas no século XIX, esclarece que essas crises colocam “[e]m

15 Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=238781-pcp014-22&category_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 out. 2023.

risco as próprias estruturas sociais, a ordem pública, as atividades econômicas, os valores morais” (p. 42).

Entre 2017 e 2022, o Ministério da Educação (MEC) publicou normativas sobre a transformação dos acervos acadêmicos para o meio digital.

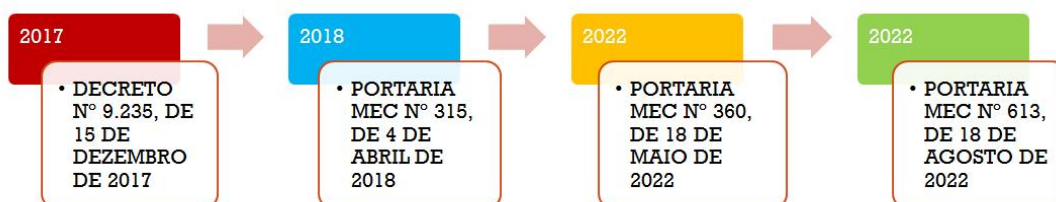


Figura 1: Normativas com abordagens sobre acervos acadêmicos digitais. **Fonte:** Elaboração própria.

O Decreto 9235/2017¹⁶ apresenta, em seu Art. 104, a necessidade da conversão do acervo acadêmico para o meio digital com o uso de métodos que assegurem os princípios básicos da segurança da informação, como a integridade e a autenticidade. A Portaria 315/2018 define acervo acadêmico e obriga as instituições de ensino superior a manterem sob sua custódia os documentos que se referem às informações acadêmicas, conforme especificados nos instrumentos de gestão documental editados pelo Arquivo Nacional¹⁷. A Portaria 360/2022 “Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital” e a Portaria 613/2022 “Regulamenta o art. 4º da Portaria MEC nº 360, de 18 de maio de 2022”.

Processos, informações e documentos antes produzidos, transmitidos, recebidos e guardados presencialmente e fisicamente passaram a ser gerenciados eletronicamente, digitalmente ou digitalizados.

A mudança de suporte, do físico para o digital, traz oportunidades, mas também inúmeros desafios, muitas vezes não dimensionados, para a preservação documental.

16 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em 14 out. 2023.

17 A normativa refere-se à “Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações”. Entretanto, a Fiocruz possui instrumentos próprios de gestão documental. Disponíveis em: <http://www.sigda.fiocruz.br/sigda-na-fiocruz>

A digitalização, por exemplo, pode permitir acesso e compartilhamento de forma mais ampla, fácil e rápida, mas concordamos com Brasil e Nascimento (2020) sobre a perda da materialidade dos documentos.

Quando um registro histórico — seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro etc. — converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial. Apesar de a informação contida na fonte continuar “sendo a mesma” — no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico —, podemos dizer que a modificação na “materialidade” da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida (p. 201).

Se a transformação digital pode ser uma oportunidade para melhorar a vida da instituição, dos trabalhadores e da sociedade, quando não planejada pode colocar em risco o patrimônio documental.

Nesse contexto, foi instituído o Comitê Gestor do Acervo Acadêmico Digital da Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Portaria nº 1369, de 20 de dezembro de 2022¹⁸, com o objetivo de “elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico digital”¹⁹.

A partir de nossas práticas profissionais na produção, no acesso e nos usos de documentos e arquivos relacionados às atividades educacionais, no âmbito da gestão, da docência e em pesquisas, da compreensão sobre o arquivo acadêmico da ENSP na estrutura da Fiocruz e, ainda, da participação de uma das autoras no Comitê Gestor de Acervo Digital da Fiocruz, problematizamos alguns dos desafios.

A ENSP com uma cultura documentária de produção e salvaguarda de documentos físicos precisou se adaptar às novas realidades da pandemia, reconfigurando seus espaços e atividades. Nesse contexto, a tecnologia foi usada a favor da missão institucional. Os arquivos acadêmicos da Escola, físico e digital, foram ocupando novos espaços, adquirindo outras formas de organização, também apropriadas para o formato digital, e conseqüentemente

18

Disponível

em:

https://sei.fiocruz.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2407750&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 21 out. 2023.

19 Conforme disposto no Art. 45, Inciso II da Portaria MEC nº 315 de 2018.

recebendo olhares de outros profissionais especializados, como os da área de tecnologia da informação, por exemplo.

Entretanto, ponderamos que as normas sejam eficazes, justas e não excludentes para garantir a preservação do patrimônio documental acadêmico. Problematizamos “termos” dos instrumentos regulatórios e políticas que determinam e direcionam a preservação de determinados documentos em detrimento de outros. É fundamental que os gestores e os produtores de documentos entendam os valores dos documentos que produzem e que recebem, assim como seus múltiplos possíveis usos, termos e significados.

Ivana Lins e Kátia de Carvalho (2003) chamam atenção, dentre os “desafios para o acesso democrático à informação”, para “uma série de palavras que estão ganhando novos significados” (p. 74) e “os excluídos desse contexto neste país” (p. 75).

Como docentes, elaboramos planos de cursos, roteiros de aulas, avaliações, trabalhos acadêmicos, preenchemos formulários, dentre outros documentos de atividades relacionadas ao ensino. Enquanto estudantes, por vezes produzimos documentos de valor individual, como anotações em agendas ou dispositivos eletrônicos, complementares a outros documentos e informações. São distintos lugares de memória (Nora, 1993, p. 13).

No âmbito institucional, o que determina a preservação documental, os espaços e responsabilidades, para além das normativas externas, é a política de gestão e preservação de acervos. Logo, no processo de transformação digital, a preservação documental se torna um grande desafio a ser enfrentado, não apenas por quem faz a gestão documental nas instituições, mas por quem produz e recebe os documentos, pela sociedade.

Como e por quais atores os documentos digitais são classificados? Quem avalia e como avalia a preservação e/ou o descarte documental? Os sistemas informatizados de gestão acadêmica estão contemplando os instrumentos de gestão documental? Quais documentos ou registros permanecerão para as pesquisas em história da educação?

Defendemos a necessidade de as políticas de gestão e preservação de acervos serem divulgadas, conhecidas, apropriadas, discutidas e revisadas,

principalmente pelas comunidades acadêmicas, mas também pela sociedade, a fim de que não ocorram apagamentos de personagens e práticas relevantes para a história da educação em saúde pública.

Mas, o que tem de relevante para os pesquisadores, para a sociedade nos “acervos acadêmicos”? A quem interessa o acervo acadêmico da ENSP/Fiocruz? Que documentos do acervo acadêmico são considerados patrimônio?

Velho (2015) apresenta algumas indagações e esclarecimentos sobre patrimônio.

Quem diz que isto deve ser considerado Patrimônio? Quem diz que aquilo deve ser considerado Patrimônio? Quais são as áreas de consenso? Bem, numa sociedade complexa você tem uma multidão de atores interagindo. Quem são os atores que têm voz, que têm possibilidade de falar sobre si mesmos? Eu insisto em que a contribuição da Antropologia é a de tornar fundamental ouvir os diferentes grupos que compõem uma sociedade, abrir um espaço para que esses diferentes grupos – através de seus indivíduos especificamente, é claro – transmitam seus pontos de vista (p. 91).

É preciso garantir que todos tenham história, acesso aos documentos, à educação, à saúde, e com garantia de qualidade, independentemente de classe social, etnia, raça ou gênero.

A democracia é um processo que busca a igualdade de oportunidades para todos, equidade e justiça social. No entanto, ainda é desafiadora, e a transformação digital precisa ocorrer respeitando as diferenças entre as pessoas, as classes sociais e os lugares, com sustentabilidade e equilíbrio, garantindo que os trabalhadores sejam envolvidos em seu processo, que se sintam integrados à missão institucional e que se vejam reconhecidos nas memórias e histórias.

A partir da análise da documentação acadêmica e considerando a transformação digital, convidamos a pensar no valor patrimonial dos documentos acadêmicos e, assim como o autor, levantamos algumas questões que impactam a organização e seleção, principalmente no processo de transformação digital.

Quanto ao conteúdo, o que deve ser preservado em um dossiê de alunos, por exemplo? De acordo com os instrumentos de gestão da Fiocruz²⁰, dossiê é o conjunto de assentamentos individuais de um estudante, desde sua inscrição até a conclusão do curso.

Para além do valor probatório da vida acadêmica, chamamos atenção para a contribuição dos documentos acadêmicos, em seus diferentes suportes, enquanto fontes históricas.

Localizamos na documentação acadêmica investigada (1926-1979), no formato físico e na versão digitalizada, documentos e registros com potencial de fonte histórica.

Concordamos com Meneses (1998) que “[q]ualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação.” (p. 95)

Segundo Barros (2020):

[s]e os arquivos oficiais continuam a ser fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de serem suficientes para fornecerem tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. Na verdade, a questão de pesquisar ou não em fontes de arquivos tem muito mais a ver com o objeto específico ou com os problemas históricos que estão sendo examinados (p. 8).

Sobre os primeiros tempos da ENSP apresentamos um documento que compõe a pasta da turma de 1957. Uma carta protocolada em 30 de março de 1960, pela instância cursos do Departamento Nacional da Saúde (DNS).

20

Disponível

em:

http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/Tabela_de_Temporalidade_texto_explicativo_das_justificativas_dos_prazos_de_guarda_e_destina%C3%A7%C3%A3o_final.pdf. Acesso em 21 out. 2023.

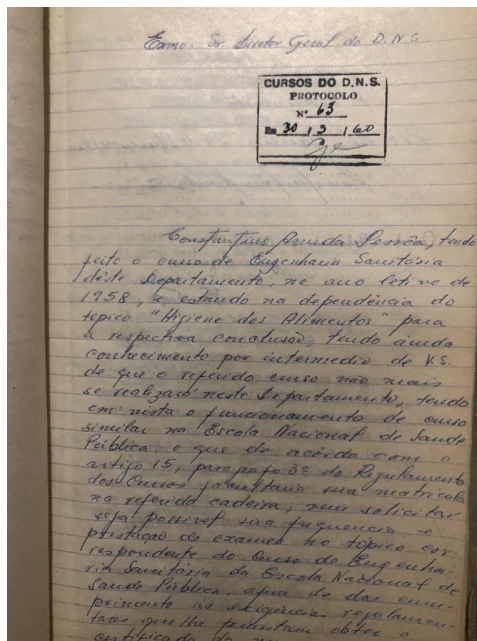


Figura 2: Carta - aluno do Curso de Engenharia Sanitária - turma de 1957. **Fonte:** Foto das autoras²¹

Um aluno do curso de Engenharia Sanitária solicita ao diretor do DNS cursar na Escola Nacional de Saúde Pública um tópico em que ficou em dependência, considerando que o curso não era mais ofertado pelo DNS.

Que outros elementos podem contribuir para a escrita da história da instituição, da educação em saúde? Como a educação em saúde contribuiu e pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e que promova a inclusão social? Quais foram e quem são os sujeitos dos processos de formação em saúde?

Lucia Lippi de Oliveira (2010) discorre sobre os diferentes contextos históricos, culturais e políticos, levando-nos a compreender a conjuntura da participação da sociedade civil e dos movimentos sociais, as transformações, lutas e as mudanças: “o processo de ‘tornar-se cidadão’ - ampliação da conquista dos direitos que envolvem alterar as práticas sociais, aprender a conviver com os diferentes – significa alterar os lugares sociais que tinham sido definidos” (Oliveira, 2010, p. 254).

Analisando as assinaturas físicas nos documentos acadêmicos pensamos nesse processo de mudança de suporte, nos documentos

21 Pasta 02 - Caixa BOX 35 do Acervo Acadêmico da ENSP - Curso de Engenharia Sanitária, turma do ano de 1957.

acadêmicos produzidos nesse contexto da transformação digital, e que necessitam de assinaturas. Que assinaturas as instituições vêm adotando?

Que sujeitos assinavam e que sujeitos assinam atualmente? Algumas instituições implantaram a emissão de documentos assinados de forma automática, por sistemas. Observamos as funções dos documentos acadêmicos, dos sujeitos e as implicações dessas mudanças no contexto das pesquisas sobre sujeitos, instituições e práticas.

A assinatura por sistemas, por exemplo, pode mascarar a contribuição de pessoas que são essenciais no funcionamento das instituições de ensino ou com ensino.

Que sujeitos estão por trás das máquinas? Que atividades são realizadas por esses sujeitos que ficam nos bastidores dos processos, na produção dos documentos acadêmicos? Que instâncias certificam e reconhecem as assinaturas dos menos favorecidos?

Desenvolver ferramentas tecnológicas que sejam inclusivas e acessíveis e promover a transparência no uso da tecnologia são algumas sugestões para garantir que a transformação digital não invisibilize os trabalhadores e que seus direitos e histórias não sejam negligenciados.

Ao considerar essas questões, podemos garantir que a transformação digital seja uma oportunidade para melhorar a vida de todos, não apenas de alguns, e que a preservação seja útil e esteja à disposição da sociedade.

Considerações finais

O artigo discute os desafios e oportunidades da transformação digital para a preservação do patrimônio documental, considerando o arquivo acadêmico de ensino em saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

A transformação digital, impulsionada por normativas publicadas pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), entre 2017 e 2022, e pelo contexto da pandemia de covid-19, levou à reconfiguração dos processos educacionais para o meio digital.

Os documentos acadêmicos de ensino em saúde são fontes importantes para a história da educação. Eles registram práticas, temáticas e sujeitos que integram os processos educacionais, além de memórias da formação em saúde, em contextos de saúde e doenças da sociedade.

A transformação digital pode tornar esses documentos mais vulneráveis ao desaparecimento e à perda.

Apresentamos no artigo reflexões sobre a importância da preservação do patrimônio documental acadêmico de ensino em saúde a partir dos diálogos entre orientadora e orientanda no desenvolvimento da pesquisa em história da educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Partimos de resultados da pesquisa concluída no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz.

Apontamos a necessidade de políticas que valorizem estratégias democráticas para garantir que os documentos, independentemente do suporte, sejam preservados de forma acessível e inclusiva.

Consideramos necessário desenvolver estratégias que garantam a preservação desses documentos, reconhecendo sua importância para a história da educação, sensibilizando e ampliando discussões para uma visão democrática na construção de políticas de preservação e acesso aos acervos institucionais, além de investimento em pesquisas que possibilitem a construção de conhecimentos e a valorização de múltiplas histórias.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKI, Carla; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). O Historiador e suas fontes São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. **História digital: reflexões a partir da Hemoteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 196-219, Janeiro-Abril 2020. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/4179>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. Imprensa Oficial. Diário Oficial da União. **Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263>. Acesso em: 06 ago. 2023.

_____. Imprensa Oficial. Diário Oficial da União. **Portaria nº 613, de 18 de agosto de 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-613-de-18-de-agosto-de-2022-423583397>. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. Ministério da Educação. Parecer CP 2022. **Parecer CNE/CP nº 14/2022**, aprovado em 5 de julho de 2022 - Diretrizes Nacionais para o Ensino e Aprendizado por competências e para a pesquisa institucional presenciais, mediados por tecnologias de informação e comunicação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=238781-pcp014-22&category_slug=julho-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 out. 2023.

_____. Ministério da Educação. Portarias. **Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=108221-portaria-315&category_slug=fevereiro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 abr. 2023.

_____. Planalto. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em 14 out. 2023.

_____. Planalto. **Decreto nº 11.228 de 07 de outubro de 2022**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11228.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.228%2C%20DE%207%20DE%20OUTUBRO%20DE%202022&text=Aprova%20o%20Estatuto%20e%20o,comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. Planalto. **Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2312.htm. Acesso em: 01 mai. 2020.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 5, n. 2 [10], 10 fev. 2012, p. 193-220.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. Crítica y Emancipación, (1): 53-76, junio 2008.

CONRADO, Flavia Helena; FLORES, Daniel. **O documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural**. ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRSCampus Porto Alegre, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul.-dez. 2015, pp. 35-47. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/issue/view/34>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. **Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos**. Cadernos do Tempo Presente, [S. l.], v. 11, n. 02, p. 03–26, 2020. DOI: 10.33662/ctp.v11i02.15006. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 27 out. 2023.

DUCHEIN, Michel. **O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos**. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr.1982-ago.1986, pp. 14-33. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83163/83163_394.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Uma pequena “elite de poder”: gênero, classe social e raça na formação de enfermeiras profissionais no Brasil (1930-1960)**. In: BATISTA, Ricardo dos Santos, SOUZA, Christiane Maria Cruz de, SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da (orgs.). Quando a história encontra a Saúde. São Paulo: Hucitec Editora, 2020, 269-294.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Sítio eletrônico, 2018. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-culturais-da-fiocruz>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Base Jurídica**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/basejuridica>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGDA). **Sigda: Conceção, Dilemas e Implantação**. Disponível em: <<http://www.sigda.fiocruz.br/sigda-na-fiocruz>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGDA). Documentos de referência. **Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz**. Disponível em <http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/CCD%20PAGINA%20SIGDA%202018%20-%20Reeditado.pdf>. Acesso em 21 out. 2023.

_____. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGDA). Documentos de referência. **Texto explicativo prazos de guarda e destinação final - tabela**

de temporalidade atividades finalísticas. Disponível em http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/Tabela_de_Temporalidade_texto_explicativo_das_justificativas_dos_prazos_de_guarda_e_destina%C3%A7%C3%A3o_final.pdf. Acesso em 21 out. 2023.

_____. SEI. **Portaria da Presidência 1369 de 20 de dezembro de 2022.** Constituir o Comitê Gestor do Acervo Acadêmico Digital da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) conforme disposto no Art. 45, Inciso II da Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018 e dar outras providências. Disponível em https://sei.fiocruz.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=2407750&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 21 out. 2023.

_____. ENSP - **Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1979).**

_____. Sítio eletrônico, 2020. Informe ENSP – Gestão de Documentos apresenta resultados do Diagnóstico Documental – **Entrevistas**. Disponível em: <<http://www.ENSP.fiocruz.br/portalENSP/noticia/materiaprint.php?id=22115&secaold=427>>. Acesso em: 29 set. 2020.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** 2 ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

LINS, Adriana Coimbra Buin. **Reflexões sobre um acervo documental (1926-1954) custodiado pela ENSP: uma documentação “fora de lugar”?** / Adriana Coimbra Buin Lins; orientada por Luciana Quillet Heymann. – Rio de Janeiro: s.n., 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: http://www.ppgpat.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/adriana_coimbra_dissertacao.pdf. Acesso em 28 out. 2021.

LINS, Ivana e CARVALHO, Katia. **Desafios para o acesso democrático à informação na sociedade contemporânea.** In: Socializando informações: reduzindo distâncias / organizadores: Helena Pereira da Silva, Othon Jambeiro. - Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: EDUFBA, 2003. p. 65-80.

MAGALHÃES, Aloísio. **Preservação e Revitalização das Cidades Históricas.** In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 185-218.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.11, no21, 1998, p. 89-103. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2023. **Caminhos para Transformação Digital**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/inova/transformacaodigital/relatorio#:~:text=A%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20digital%20permite%20queda%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20digital%20na%20sociedade>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Lucia Lippi, **Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil**. In: CALABRE, Lia (Org.), Políticas culturais: diálogos e tendências. pp. 247-258. Coleção FCRB Aconteceu, Vol. 11, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 2010.

REVEL, J. **Retornar ao acontecimento – um itinerário historiográfico**. In: Proposições: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 73-96.

SANCHEZ, N.; SILVA, S. C. da. **Cultura, Conhecimento e Memória: olhares decoloniais**. Liinc em Revista, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5820, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5820. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5820>. Acesso em: 22 set. 2023.

SILVA, K. L.; SENA, R. R. DE. **O processo de mudança na educação de enfermagem nos cenários uni: potencialidades e desafios**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 56, n. 4, p. 412–416, jul. 2003.

TORRES SILVEIRA, Anny Jackeline. **Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX**. Dynamis, Granada, v. 31, n. 1, p. 41-63, 2011. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0211-95362011000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2023.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S.. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 5, p. e00068820, 2020.

VASCONCELOS, M. C. C. **Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes**. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 3, n. 3, p. 33-47, 27 nov. 2014.

VELHO, Gilberto. **Memória, patrimônio e identidades: uma perspectiva antropológica** In: MACHADO, Carmen Sílvia de Lemos Menezes et al. (orgs.), “Olhares sobre o patrimônio fluminense”, pp. 86 – 92, Rio de Janeiro, In-Fólio, 2015